

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aumento do número de trabalhadores imigrantes em Portugal trouxe às nossas escolas crianças e jovens de várias nacionalidades. O dever da Escola para com estes menores é igual ao que tem para com os demais alunos, proporcionando-lhes um ambiente de aprendizagem, de desenvolvimento pessoal e social e de segurança e bem-estar físico e psicológico. E isto implica proteger as crianças contra a xenofobia e o racismo que, infelizmente, têm forte presença na nossa sociedade.

Embora não existam dados gerais sobre a população menor, é significativo o facto de o Instituto Nacional de Estatística estimar que 28,3% da população residente adulta já tenha sido vítima de discriminação com base no seu território de origem, 17,6% de acordo com o grupo étnico e 17,2% de acordo com a cor da pele (INE, *Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente, 2023*). Notícias entretanto vindas a público sobre agressões de imigrantes, incluindo também crianças, são também um alerta para a responsabilidade da Escola na proteção das crianças contra estas violências.

No início do presente ano, uma criança nepalesa de nove anos residente em Lisboa "foi vítima de linchamento no contexto escolar por parte dos colegas. Foi filmado e divulgado nos grupos do WhatsApp das crianças" segundo relatou à *Rádio Renascença* a diretora do Centro Padre Alves Correia, instituição social que acompanha a mãe da criança (14 de maio de 2024) .

Os atos de violência foram perpetrados pelos cinco colegas que agrediram fisicamente a criança nepalesa e por um sexto colega que filmou. A violência digital prosseguiu sob a forma de partilha. Da agressão resultaram, segundo a notícia, hematomas, feridas abertas e danos psicológicos. A família teve medo de se dirigir ao Centro de Saúde e tratou da criança em casa. As feridas que não estão a sarar são as psicológicas, pois a criança continuou a acordar a meio da noite a chorar, devido a pesadelos, e a dizer que tem medo de ir para a Escola.

A diretora do Centro Padre Alves Correia aponta as motivações xenófobas da agressão, os agressores terão dito, além de outros insultos que não quis repetir, "vai para a tua terra", "tu não

és daqui”, “não queremos nada contigo”. No entanto, a Escola da criança desvalorizou a situação, terá dito tratar-se de um caso isolado, e não denunciou os atos de violência. A família não se sentiu apoiada. E a criança agredida acabou por mudar de escola.

É necessário esclarecer não só esta situação grave que ocorreu em ambiente escolar, como também agir para proteger todas as crianças e todos os jovens que frequentam as nossas escolas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da da Educação, Ciência e Inovação, as seguintes perguntas:

1. O Ministério da Educação, Ciência e Inovação tem conhecimento desta situação?
2. Que diligências o Ministério da Educação, Ciência e Inovação tomou ou vai tomar junto da Escola em causa?
3. Que medidas o Ministério da Educação, Ciência e Inovação vai tomar para promover um ambiente escolar seguro e livre violência racista e xenófoba?

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2024

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

FABIAN FIGUEIREDO(BE)